



Comunicado

UGT apela à responsabilidade democrática

Em dois dias, os portugueses assistiram à demissão de dois Ministros de Estado, o Ministro das Finanças, Vítor Gaspar, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, situação que veio originar um clima de forte instabilidade política.

Para a UGT, este é um cenário que, de alguma forma, vem demonstrar a perda de coerência e eficácia das políticas que vêm sendo seguidas e que esteve entre os motivos da Greve Geral de 27 de Junho.

A UGT considera que a instabilidade política é indesejável, estando consciente dos sérios prejuízos que a mesma, a prolongar-se, pode acarretar para a credibilidade do País e, sobretudo, para os cidadãos, trabalhadores e trabalhadoras, que representamos e defendemos.

É nesse sentido que apelamos a que as instituições e mecanismos democráticos tenham uma actuação célere e que todos os actores políticos (Presidente da República, Primeiro-Ministro, Governo e Partidos Políticos com assento parlamentar) assumam uma postura responsável e consequente na eficaz resolução desta crise.

Conforme exigimos na Greve Geral, para a UGT o que é central é que se verifique uma mudança de políticas que coloque o Crescimento e o Emprego como prioridades da agenda governativa. Essa mudança tem de passar, nomeadamente, pelo cumprimento dos compromissos tripartidos assumidos.

A consolidação orçamental é necessária mas não pode continuar a levar à completa asfixia da economia, ao continuado aumento do desemprego, ao empobrecimento das famílias e a uma situação de total insegurança e desespero dos trabalhadores, jovens, desempregados, pensionistas e reformados.

A UGT manter-se-á fiel à sua matriz de diálogo e proposição, assumindo a sua responsabilidade na construção de respostas em sede de concertação social e de negociação colectiva, que restaurem a confiança e a esperança dos portugueses.

Assim como a UGT continua, como sempre esteve e estará, disponível para assumir as suas responsabilidades, e reitera aqui o voto para que os responsáveis políticos de Portugal não esqueçam, como muitas vezes parece suceder, a sua responsabilidade perante o País e quem os elegeu.

Lisboa, 3 de Julho de 2013

O Secretariado Executivo